



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

(ENTRE) VISÕES DE POBREZA SOB LENTES DE GÊNERO E GERAÇÃO: AS PERCEPÇÕES DE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, EM SALVADOR/BA.

Márcia Tavares¹

(UFBA/marciatavares1@gmail.com)

Josimara Delgado²

(UFBA/josimaradelgado@gmail.com)

Silvana Mariano³

(UEL/ silvanamariano@yahoo.com.br)

Resumo: O presente trabalho discute as possíveis variações interindividuais em torno da noção de pobreza entre mulheres de grandes centros urbanos. As análises são desenvolvidas a partir das interpretações de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, em Salvador/BA, com base em entrevistas narrativas realizadas neste ano de 2018. O objetivo é investigar como essas mulheres, em diferentes faixas etárias e em diferentes ciclos de vida, definem o que consideram “pobreza”, como classificam sua própria situação diante de tal definição e como esse entendimento se vincula com a autonomia feminina. A noção de “atores sociais” para compreender o contexto material e simbólico vivenciado por essas mulheres em situação de pobreza, assistidas por uma política social, é central para a moldura analítica do estudo que busca apreender as capacidades de ação, as estratégias e negociações por parte dos sujeitos da pesquisa. Ao focar as variações intersubjetivas, o estudo pretende, ainda, escapar das armadilhas analíticas que universalizam a pobreza e o “assistido”. Entre nossos achados, destacamos a situação de que as entrevistadas raramente invocam um discurso de vitimização das mulheres.

Palavras-chaves: Pobreza; Gênero; Geração; Programa Bolsa Família.

¹ Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

² Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

³ Socióloga. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Estadual de Londrina.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
Mulher e Relações de Gênero

1. INTRODUÇÃO

A pobreza é considerada um fenômeno complexo e multidimensional, que não se limita à questão monetária, à renda dos indivíduos ou ausência dela, mas envolve vários elementos, desde o não atendimento de necessidades básicas, empecilhos para acesso a serviços públicos, saúde, educação, moradia entre outros.

Conforme Silva (2010), tanto entre acadêmicos como entre políticos dos mais diversos matizes ideológicos e partidários, é consensual a opinião de que a pobreza no Brasil é resultante, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por uma profunda concentração de renda, que tem sua origem no processo de formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira.

A autora acrescenta que a pobreza tem sido alvo de preocupação no campo teórico-conceitual e de intervenção social, buscando-se explicar sua emergência, constância e ampliação globalizada. Sua redução ou controle é tida como necessária para a continuidade do sistema de produção capitalista, o que não elimina conjecturas em torno da carência e escassez de meios de subsistência, utilizados para classificar a pobreza estrutural e a desvantagem relativa a um padrão de vida dominante, a pobreza relativa. Rocha esclarece que:

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos 'relativamente pobres' em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2011, p. 11).

No campo teórico-conceitual há diferentes concepções que norteiam a formulação e a implementação de políticas públicas, entretanto, o paradigma de inspiração liberal, nas suas diferentes variações, revela-se preponderante nas explicações e nas orientações de políticas públicas. Nesse campo, o mercado é tomado como espaço natural de satisfação das necessidades econômicas e sociais dos indivíduos, ao mesmo tempo em que há um desmonte das políticas públicas, que são reduzidas a ações residuais ou marginais, de caráter compensatório, que visam tão somente o alívio de situações de pobreza extrema (SILVA, 2010).

A primeira discussão no Brasil relativa à introdução de um programa de renda mínima ocorreu em 1975, como parte de uma agenda de erradicação da pobreza no País. Todavia, a ideia de instituição de Programas de Transferência de Renda é introduzida na



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

agenda pública em 1991, com o Projeto de Lei do então senador petista Eduardo Suplicy que aprovou no Senado Federal a proposta de criação do Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM, dirigido a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com uma renda de até 2,25 salários mínimos (SILVA, 2004).

Em meados dos anos 1990, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram implantados vários programas sociais tendo como público alvo as famílias de renda abaixo da linha de pobreza, a exemplo do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. No entanto, conforme Marques (2008), esses programas eram incipientes, além de estarem vinculados a ministérios distintos, o que inviabilizou uma ação centralizada pelo governo federal.

Em janeiro de 2004, foi sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.836, que instituiu o Programa Bolsa Família (PBF), com a finalidade de combater a fome e a pobreza no país. Considerado pelo próprio governo como carro-chefe de sua política social, ao propor a unificação dos Programas de Transferência de Renda, tornou-se a principal estratégia brasileira de enfrentamento à pobreza (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

O PBF tem sido objeto de críticas no meio acadêmico, ora positivas ora negativas. Há

quem defenda que o programa nada tem de inovador e, apenas unificou programas já desenvolvidos na gestão FHC, mas, de acordo com Marques e Mendes (2007), o PBF superou a unificação e centralização sob um mesmo Ministério, o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), uma vez que ampliou tanto a cobertura quanto o benefício concedido e, argumentam:

Em maio de 2006, o programa estava implantado em 99,9% dos municípios brasileiros, beneficiando 11,118 milhões de famílias, atingindo, portanto, quase 47 milhões de brasileiros. Em relação ao valor do benefício, diferenciou-se dos benefícios concedidos anteriormente por introduzir uma parte fixa, não relacionada à existência de filhos em idade escolar, o que, sem dúvida, foi um avanço, não permitindo se dizer que se trata de simples continuação de um programa já existente (MARQUES; MENDES, 2007, p. 20).

Embora reconheçam o avanço no que se refere à cobertura, os autores destacam os seguintes problemas: o primeiro se refere ao fato de ser um programa, não se configurar como um direito para a família beneficiária, o que reforça o caráter meramente assistencial. Por conseguinte, sua continuidade fica condicionada à vontade política do “presidente de plantão”. A segunda crítica diz respeito aos critérios de acesso, já que no cálculo da renda per capita familiar não se toma o salário mínimo como parâmetro.

Isso não significa, entretanto, que o Programa não contribua para a melhoria das condições



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

de vida imediata das famílias beneficiadas, principalmente aquelas que não possuem renda fixa ou ela é muito baixa, isto é, o PBF é exitoso em retirar as famílias beneficiadas da condição de pobreza absoluta (ZIMMERMANN, ESPÍNOLA, 2015; MARQUES; MENDES, 2007).

No tocante às condicionalidades estabelecidas para permanência no programa, Bueno (2009) as classifica como um mecanismo perverso em virtude do seu caráter controlador e punitivo. A autora argumenta que ao contrário do que afirmam alguns intelectuais e a mídia, o que impede que esta política se efetive em termos de alcance, principalmente para os mais pobres, não reside em falha na focalização do público alvo, mas sim na impossibilidade que este público tem em cumprir o que é lhe é determinado para permanecer no programa, o que revela a incoerência da condicionalidade, principalmente se atentarmos para a dificuldade de acesso às políticas de saúde e educação, além do atendimento precário, em que muitas vezes as famílias são confrontadas com estigmas, preconceito e tentativas de normatização de suas vidas.

A organização feminista Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), ao socializar os resultados de uma avaliação do PBF encomendada pelo MDS, em 2006, com apoio do Department for International

Development, destaca alguns avanços impulsionados pelo Programa relativos à condição social das mulheres beneficiárias:

1) na visibilidade das beneficiárias como consumidoras, já que o benefício lhes confere maior poder de compra; (2) na afirmação da autoridade dessas mulheres no espaço doméstico, decorrente muito mais da capacidade de compra suscitada pelo benefício do que, necessariamente, de uma mudança nas relações de gênero tradicionais; e, (3) na mudança de percepção das beneficiárias sobre si próprias como cidadãs, o que se tornou possível, especialmente, após o momento em que foram obrigadas a lavrarem documentos, tais como a certidão de nascimento e a carteira de identidade, para o cadastro no Programa (AGENDE, 2006, p. 4).

Já Mariano e Carlotto (2009, p. 905), ao também refletirem sobre o PBF a partir de uma perspectiva de gênero e feminista, apresentam a seguinte crítica:

No caso de ações como o PBF, as preocupações quanto à pobreza são dirigidas à família. O próprio direito ao recurso transferido é tipificado em termos de benefício à família, e não a indivíduos. Como consequência, as demandas feministas por atenção prioritária à situação das mulheres vão se transformando em familismos, que, no processo de tradução político-cultural, substituíram a demanda por empoderamento das mulheres por demandas que visam ao fortalecimento das famílias. [...] Na medida em que a defesa da família é operacionalizada com foco nas funções femininas, logo essas políticas familistas reforçam a associação da mulher à maternidade.

Com efeito, Delgado e Tavares (2012), respaldadas em estudos desenvolvidos por



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Rodrigues (2006), Moreira et al (2006) e Duque-Arazola (2008), entendem que os programas de transferência de renda como o PBF, ao responsabilizarem a mulher pelo cumprimento das condicionalidades, assumem um viés maternalista e, reforçam os papéis tradicionais de mãe-cuidadora, responsabilizando-a pela reprodução e proteção social do grupo familiar. Desse modo, o Estado se apropria dos tempos sociais femininos, o que resulta em sobrecarga de trabalho e engendra uma nova modalidade de opressão-exploração feminina. Os aspectos acima destacados se mostram particularmente preocupantes no caso da Bahia, onde as mulheres dos segmentos de baixa renda são maioria na chefia familiar e, portanto, protagonizam a feminização e racialização da pobreza.

Tomando como parâmetro dados relativos a 2015, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018), identificou que na Bahia 79,5% da população se autodeclara negra e, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), esse percentual corresponde a 85,7%. Naquele ano, observou-se também que eram de maioria autodeclarada negra tanto as chefas de arranjos monoparentais como os homens e mulheres na chefia de famílias com presença de cônjuge e pelo menos um filho ou filha (SEI, 2018).

Neste sentido, o presente artigo busca refletir sobre a categoria pobreza, a partir das noções elaboradas por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, em Salvador/BA.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo traz um recorte da pesquisa “Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”, desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizada em algumas capitais brasileiras, tendo como principal objetivo investigar e analisar as possibilidades e os obstáculos para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza entre a população beneficiária do Programa Bolsa Família, segundo a perspectiva de gênero e das interseccionalidades, diante da agenda de redução das desigualdades de gênero e de melhoria do desenvolvimento⁴.

Aqui compartilhamos os resultados obtidos em Salvador, cuja realização da pesquisa empírica ocorreu através de uma parceria

⁴ As entrevistas foram realizadas em uma capital de cada grande região do Brasil: Porto Alegre (Sul); Belo Horizonte (Sudeste); Brasília (Centro-Oeste); Belém (Norte) e Salvador (Nordeste).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

entre os Programas de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Estadual de Londrina, e de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia.

Em Salvador, a coleta de dados foi realizada através de entrevistas individuais, com base na técnica de entrevistas narrativas, com 33 (trinta e três) mulheres titulares do Programa Bolsa Família, em Centros de Referência de Assistência Social indicados pela Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS). As entrevistas obedeceram a um roteiro previamente elaborado e tiveram uma duração média de 30 minutos, foram gravadas e transcritas pelas próprias pesquisadoras.

3. GERAÇÕES, FAMÍLIAS E POBREZA

Como indicamos, uma das premissas de nossa pesquisa é a existência, no Brasil, de um processo de pobreza que se reproduz de forma intergeracional na trajetória familiar das beneficiárias do Bolsa Família, envolvendo as gerações ascendentes e descendentes. Assim, para analisarmos os modos como essas mulheres definem o que consideram como sendo “pobreza”, buscamos recuperar alguns elementos que nos permitem compreender as bases dessa reprodução intergeracional da pobreza, dadas pela posição desses/as trabalhadores/as na estrutura das relações de trabalho e nas possibilidades de acesso a direitos sociais daí decorrentes. Trata-se,

nessa pesquisa, de grupos de trabalhadores/as que enfrentaram os processos de intensificação da precariedade e da superexploração do trabalho — vigentes já a partir das décadas de 1970 e 1980 e mais efetivos dos anos 1990 em diante — atravessando-os em posições bastante vulneráveis, tanto no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, quanto às possibilidades de contar com uma proteção social pública efetiva na garantia de mínimos à sobrevivência e direitos mais ampliados ao trabalho, saúde e educação. São gerações de trabalhadores/as que, pois, têm se inserido no mercado por meio de trabalhos instáveis e informais, os quais garantem salários baixos e renda incerta. São também aqueles/as que tiveram mais dificuldades de acesso aos benefícios previdenciários, sendo protegidos/as pelas iniciativas assistenciais como as políticas de transferência de renda.

3.1 As entrevistadas e suas trajetórias

Os estudos sobre a pobreza percorrem diferentes tradições com diversos enfoques quanto ao modo de conceituar, mensurar, explicar e compreender este complexo fenômeno. Os estudos concentrados nos enfoques considerados objetivos geralmente conduzem pesquisas preocupadas com a mensuração da renda e das riquezas. Aqui adotamos as perspectivas que tratam a pobreza como fenômeno multidimensional e multicultural. É por essa escolha que nos interessamos pela percepção que as mulheres pobres têm sobre a pobreza. Estudos dessa natureza se preocupam, por exemplo, em



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

compreender “como os pobres percebem as várias manifestações da pobreza (...), em suas principais causas e fatores limitantes de oportunidades (...) e em como eles viam os serviços públicos” (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 9).

Desse universo social composto por famílias de trabalhadores/as informais e pobres, interessa-nos destacar a presença das mulheres e das desigualdades por elas vivenciadas nas relações de trabalho e no acesso à proteção social, enfatizando o componente de gênero em seu necessário entrelaçamento com as dimensões de classe, raça e geração. O material empírico da pesquisa é composto de 33 (trinta e três) entrevistas das quais consideramos, nesse trabalho, as 25 que apresentaram a totalidade das respostas, permitindo uma visão mais acurada da trajetória e das opiniões das entrevistadas. Tentando estabelecer um breve perfil dessas mulheres, uma primeira observação a se fazer é com relação à cor. Das 25 mulheres, 13 se auto-declararam pretas ou negras, 10 se auto-declararam pardas, uma se declarou amarela e uma não respondeu. Considerando-se que a categoria negra recobre as mulheres pretas e pardas, observamos a presença majoritária de mulheres negras, sendo 23 dentre o total de 25 entrevistadas.

Na realidade sócio-demográfica brasileira, as mulheres negras são as que realizam os trabalhos mais precários e chefiam os domicílios com menor renda (CARNEIRO, 2011; BIROLI, 2018) e, desse modo, revelam,

com suas trajetórias, a divisão sexual e racial do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007; ALMEIDA, 2018) como processos efetivos na formação da classe trabalhadora e do mundo do trabalho no Brasil (BAIRROS, 1995).

A história familiar e de trabalho dessas entrevistadas confirma esse elemento, apontando questões específicas. Muitas entrevistadas — precisamente, 16 mulheres —, são solteiras e vivem em domicílios compostos por elas e seus filhos. A maioria das mulheres não se casou com o progenitor ou deles se separaram.

A chefia feminina de grupos domésticos não é um elemento novo no universo das mulheres negras (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004; COSTA, 2013; MARIANO & CARLOTO, 2013). O abandono do lar pelo companheiro e a separação motivada por violência doméstica atravessam a vida das entrevistadas. Em alguns relatos, foi possível observar que essa condição esteve presente também nas gerações anteriores, de suas mães, como já estudado por Santos, acerca das beneficiárias do PBF em outro bairro de Salvador (SANTOS, 2017).

“Não, minha mãe foi largada, minha vó teve um monte de filho. Meu pai também não foi tão diferente: o pai dele morreu, deixou minha vó cheia de filhos também. Um pouco parecido e ela tinha que botar os filhos também pra trabalhar, pra ajudar dentro de casa.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Esse dado é fundamental para a compreensão das relações entre classe, raça e gênero na constituição das desvantagens experimentadas pelas mulheres negras em sua inserção no mercado de trabalho no Brasil.

Ao longo da história do capitalismo, as mulheres desenvolveram inúmeras funções produtivas. Nesse percurso, ampliou-se a sua participação em esferas antes interditas, ao tempo em que se reproduziu a tendência histórica de valorização das ocupações para as quais a mulher é considerada vocacionada, como aquelas que envolvem o cuidado e que são extensas, para o âmbito público, das tarefas domésticas. Nessa relação com o trabalho, operam representações e práticas construídas em torno do ser homem e ser mulher e do ser branca ou negra. Uma das principais é a divisão sexual do trabalho e sua efetividade na permanência da responsabilização da mulher pelas atividades domésticas e de cuidado o que impacta nas possibilidades de desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, de acesso a direitos. E se trata, também, da reprodução do racismo estrutural na sociedade brasileira, aqui expresso no processo de etnificação da força de trabalho como mecanismo para diminuir os custos com a produção, ampliando o contingente de pessoas disponíveis para assumir os postos precários (ALMEIDA, 2018). Historicamente, esses elementos contribuíram para que as mulheres negras se dedicassem a trabalhos de subsistência, trabalhos não pagos, aos serviços domésticos, em muitos casos, sem a

formalização, o que implica em maior dificuldade para que atinjam a condição de seguradas dos benefícios previdenciários. A partir da reestruturação produtiva do capitalismo no Brasil, cujos efeitos se sentiram fortemente a partir de 1990, com a vitória do neoliberalismo e a financeirização da economia (ANTUNES, 2018), as mulheres negras passam a ser a base de uma grande massa de força de trabalho disponível para os trabalhos mais precários e vulneráveis, inserindo-se sobretudo em setores em que, já tradicionalmente, há o predomínio dessa mão-de-obra, como os trabalhos domésticos, de cuidados e de subsistência.

Nesse ponto, tratarmos sobre a inserção dessas mulheres em momentos distintos do tempo social é um exercício importante. O grupo de entrevistadas é composto por mulheres entre 23 e 62 anos, havendo uma significativa concentração nas idades entre 35 e 50 anos, estando 12 delas nessa faixa; sete mulheres estão na faixa de menos de 35 anos e 5 mulheres são mais maduras, com idades entre 58 e 62 anos. Apesar de estarem em momentos distintos de sua vida reprodutiva e familiar, do ponto de vista de sua inserção laboral, todas são mulheres desempregadas e/ou atuando na informalidade. As trajetórias de trabalho das entrevistadas apontam para a dificuldade de ingressarem no mercado formal de trabalho, ainda que como autônomas. Essa possibilidade se apresentou apenas para 3 entrevistadas, duas delas mais velhas, com 56 e 61 anos e uma outra com 34 anos. As demais, apesar de terem desenvolvido várias



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

atividades remuneradas ao longo da vida e, em alguns casos, a partir da infância, não trabalharam formalmente. Atualmente, continuam na informalidade, atuando como diaristas, cuidadoras, manicures e vendedoras de alimentos e bebidas.

3.2 Sobre pobreza e seus significados

Em estudos coordenados por Deepa Narayan em diferentes países, os pesquisadores entrevistaram populações desprovidas procurando captar suas opiniões sobre o que é ser pobre, com o intuito de ampliar o conceito de pobreza desenvolvido por Sen. Em sua síntese, assim se considera o conceito de pobreza dado pelos pobres:

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (NARAYAN, 2000, s/p *apud* CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 11).

Além de sua dimensão objetiva, a pobreza, portanto, é constituída também em sua dimensão subjetiva e institucional. Quando realizamos investigações envolvendo pessoas atendidas por uma política social, implica tomar em consideração que a pobreza é definida por essa política, frequentemente sob influência de determinadas definições científicas, ainda que com modificações em sua implementação. No caso das políticas de transferência de renda, no Brasil e na América Latina, as influências da concepção

multidimensional da pobreza, adotada por Sen (2001 e 2018), têm sido recorrentes.

As estratégias de transferência de renda expressam contradições inerentes à lógica de organização do trabalho e da proteção social no capitalismo. Ao prover com renda, trabalhadores/as aptos ao mercado, a assistência tensiona a concepção liberal do trabalho, para a qual o/a trabalhador/a deve manter sua família com a venda de sua força de trabalho (BOSCHETTI, 2016). Isso explica o caráter disciplinar que essa política ainda guarda, ao condicionar a assistência ao retorno para o mercado de trabalho, mesmo em tempos de desemprego estrutural. Por outro lado, a transferência de renda garante a inserção do/a trabalhador/a sem renda ou com renda insuficiente nos circuitos financeirizados da economia, como consumidores de serviços e produtos. As mulheres têm lugar central nesse circuito, ao serem titulares da renda em troca da manutenção prática e simbólica de sua função como responsáveis pela moral e organização doméstica, sobretudo na função de mães.

Desse modo, é uma questão interessante, saber como elas interpretam essa condição contraditória que, ao mesmo tempo, as integra a uma lógica social mais ampla do mercado, indicando uma possível ampliação de sua autonomia, mas por outro as reinscreve no circuito da domesticidade e as demarca socialmente enquanto pobres.

Uma das pistas que o discurso das entrevistadas nos aportou — sobretudo em suas respostas sobre o que é pobreza e se essa



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

seria a sua condição —, é a substituição desse termo por outros dois: fraqueza e humildade. Nesses casos, a humildade parece se referir a um modo de vida simples, mas com condições mínimas de sobrevivência, como casa e comida. Do mesmo modo, refere-se também à capacidade para o trabalho e para a provisão, ainda que em trabalhos precários. Como nos disse uma entrevistada, “só é pobre quem quer, porque quem não quer, aí não existe pobreza”.

(...) a pessoa tiver força de vontade pra fazer, pra fazer um serviço, aparecer um bico, aparecer uma roupa pra passar, uma casa pra arrumar, uma roupa pra lavar (...), aí ganha aquele dinheirinho, aí aquele dali já dá pra alguma coisa, já dá pra fazer uma coisa em um mês, pagar uma luz, pagar uma água, até comprar um gás.

É não ter o que comer, o que beber, o que vestir, é ser pobre. *Você se considera uma pessoa pobre?* Humilde! Eu tenho onde dormir, tenho lençol, tenho o que comer, né? Tenho um teto nessa chuva, eu sou humilde, tenho casa, tenho minha família. Posso comer, não tudo, mas faço comida, não precisei ir pro lixo catar resto de comida pra comer, posso fazer comida pros meus filhos.

Um outro termo associado à condição de pobre é a fraqueza que denota “a pessoa que não tem condição de se manter, não tem condição de trabalho.”

A utilização desses termos traduz, a nosso ver, um dos traços do senso comum acerca das desigualdades sociais no Brasil. Se, entre nós, o racismo é camuflado pelo mito de democracia racial, por sua vez, a pobreza não é explicada pela noção de classe, mas é naturalizada, como fruto de opções

individuais, sobretudo a vagabundagem e a criminalidade. Em estudo baseado em *survey* nacional de 2012, Lavinias et al (2014) constataram a variabilidade entre o nível de renda familiar declarado e a percepção da situação familiar em relação à pobreza. Entre seus resultados, metade das pessoas entrevistadas com renda familiar mensal inferior a R\$ 1.000,00 via sua família como de classe média. Por outro lado, entre aqueles que recebiam mais de R\$ 5.000,00, 5% declararam a situação como pobre ou extremamente pobre (LAVINAS et al, 2014, p. 49). Quanto às causas ou fatores explicativos para a pobreza, segundo a mesma pesquisa,

somente 1/3 dos brasileiros com 16 anos ou mais de idade julgam que a pobreza reflete falta de oportunidades, o que levaria a uma percepção derivada da crença de que os pobres não são diretamente responsáveis por sua condição de vida. Para a maioria, os pobres são, de alguma maneira, responsáveis por sua sorte ou falta de sorte” (LAVINAS et al, 2014, p. 51).

Lavinias et al apuraram, ainda, que “os homens são mais numerosos em identificar a pobreza como falta de esforço individual do que as mulheres (30,4% e 24,3% respectivamente)” (LAVINAS et al, 2014, p. 50). Estimamos que tal percepção masculina esteja fundada na tradicional ética do provedor, como discutido por Sarti (2003) em estudo sobre a moral dos pobres.

Mas também, como apontam os discursos, ser pobre está associado a uma « fraqueza » ou impotência para o trabalho e para o



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

consumo, ou, como nas palavras de várias entrevistadas, a « não ter condição de nada. » Nesse último sentido, é possível observar que o PBF aparece como uma possibilidade de reverter esse quadro de « fraqueza » ou pobreza :

Eu sou humilde. Porque pobre, pobreza é as pessoas que mora na rua, que não têm condições de nada. (...) Recebo o Bolsa. Então eu não considero pobre.

Ampliando essa questão, percebemos que as mulheres avaliam positivamente o impacto do Bolsa Família em suas vidas a partir de uma percepção de que essa renda é merecida por toda uma trajetória de dedicação. Assim, elas assumem que são chefes da casa, aqui, interpretado como um lugar de reconhecimento em termos de autoridade e afeto. São muitas as entrevistadas que se referem a seu papel como sendo “de homem e de mulher”, “de pai e mãe”: “meus filhos me gosta, me acham uma mãe, uma mãe... me agradece muito de ter criado eles, lutando, mesmo separada do pai.”

Se nesses trechos as mulheres conseguem expressar uma visão mais positiva sobre si, percebemos que essa interpretação da mulher-mãe como “a base de tudo” pode traduzir também uma denúncia sobre o acúmulo de responsabilidades, inclusive financeiras e sobrecarga de funções. Os cuidados e despesas com os filhos e, no caso de algumas, com os pais, aparecem, por vezes, como impeditivos para a realização de planos pessoais, como o estudo: “não tenho condições agora de pagar um curso pra mim.

Complicado, ganho pouco, pra conciliar.... Tem os meninos, não dá.”

Percebemos também que, nessa forma de auto-representação, as mulheres adotam uma gramática que corresponde à imagem que a política traça acerca do papel das mulheres beneficiárias. Por meio de uma série de condicionalidades, o PBF atribui à mulher a função de inserir os filhos num mercado precarizado e marcado por estratégias individualizadas de inclusão pela via do empreendedorismo, bem como de resguardá-los da criminalidade.

Eu acho que tenho uma família boa, tenho uns filhos bons, eles são educados, não são crianças que se envolvem com gente que não presta, tão frequentando religião, que eu tô gostando, não são mal educado, são umas crianças boas.

Eu digo aos meus filhos: cata latinha, qualquer coisa, eu só não quero ir pra frente da polícia. Qualquer coisa pra fazer! Eu só não quero ir pra vergonha.

Sobre isso, algumas entrevistadas relatam a impossibilidade de cumprimento das condicionalidades, expondo um aspecto já tratado aqui, qual seja, o familismo e o ideal da maternidade como traços que atravessam a Política de Assistência Social.

Lavinas et al (2014), no mesmo *survey* nacional antes referido, constataram que a população brasileira em sua maioria é favorável à transferência de renda focalizada nos pobres, concorda com as exigências de condicionalidades e alimenta um julgamento discriminatório contra os pobres em geral e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

contra as mulheres beneficiárias em particular. Tendo constatado a ausência de correlação entre condicionalidade do PBF e frequência escolar, os autores interpretam que

a condicionalidade imposta parece importar menos pela sua eficácia e mais pelo seu papel moralizador dos bons costumes e práticas por parte dos pobres, a quem se exige prestar contas do que recebe (LAVINAS et al, 2014, p. 60).

Considerando tais resultados, eventuais avanços no desenho do programa se esbarrariam nesses padrões morais discriminatórios que afetam mais diretamente o cotidiano das mulheres.

4. Conclusão

A análise dos relatos de mulheres beneficiárias do PBF, aqui, ainda em sua versão preliminar, tem permitido, no âmbito dessa pesquisa, aportar nuances e construir questões sobre esse programa e suas contradições. As entrevistas revelam como as escolhas, perdas e oportunidades das mulheres são constituídas por relações estruturadas em desigualdades de classe, gênero e raça, em suas determinações mais concretas, que envolvem a precariedade do trabalho, a dificuldade no acesso à proteção e direitos sociais e a exposição a muitas formas de violência.

Assim, percebemos, na representação que as mulheres têm da pobreza e do papel do Programa para a alteração dessa condição, indicativos que apontam para a uma auto-

representação positiva de si e de suas trajetórias, mas, ao mesmo tempo, algo que não é explicitamente dito, mas que está presente nas falas, como contexto.

De algum modo, ainda que pela via afirmativa de suas competências como mães, os discursos expressam, na contraface dessa afirmação, o medo da penalização de suas atitudes como mães e da criminalização das estratégias de sobrevivência de seus filhos. Ao mesmo tempo, mostram que o trabalho informal é aceito como estratégia para a sobrevivência, dentro da legalidade, talvez numa atitude de reconhecimento da impossibilidade de inserção em um mercado formal.

REFERÊNCIAS:

AGENDE. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher. *O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero*. Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/o-programa-bolsa-familia-e-enfrentamento-das-desigualdades-de-genero/>. Acesso em: 08 set. 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão; o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

jan. /abr. 2015.

BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, Vol. 3, nº. 2, p. 554-552, 1995.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

BUENO, Marina. *As Condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania*. Lugar Comum. Rio de Janeiro, n° 29, 2009, p. 33-46. Disponível em <http://docplayer.com.br/7858607-As-condicionalidades-do-programa-bolsa-familia-o-avesso-da-cidadania.html>. Acesso em: 08 de set. 2018.

Chefas de família: perfil da monoparentalidade feminina na Bahia / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – Salvador: SEI, 2018.

COSTA, Dora Isabel Paiva. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1/2, p. 47-66, 2013.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

DELGADO, Josimara; TAVARES, Márcia Santana. (Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar de mulheres e idosos. *Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG* - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012 – ISSN online.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. “O sujeito feminino nas políticas de Assistência Social”. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. Cortez, São Paulo, 2008.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, n. 13, p. 595-609, 2007.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

LAVINAS, Lena et al. Percepções sobre desigualdade e pobreza: O que pensam os brasileiros da política social?. Letra e Imagem Editora e Produções LTDA, 2014.

MARIANO, Silvana; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-908, Dec. 2009.

MARIANO, Silvana; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Sociedade e Estado*, v. 28, n. 2, p. 393-417, 2013.

MARQUES, Rosa Maria. Política de transferência de renda no Brasil: a experiência do Bolsa Família. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008, p. 237- 243.

_____; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 15-23 jan./jun. 2007.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila et al. “O lugar do gênero na formação da-o assistente social”. In: *Temporalis*, 2006, n° 11. ABEPSS, Brasília.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata? – 3ª reimp.* – Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SANTOS, Cláudia Roberta Bocca; MAGALHÃES, Rosana. Pobreza e Política Social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família. *Ciência & Saúde Coletiva*. – 17 (5), p. 1215-1224, 2012.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

SANTOS, Deise Sousa. *Políticas sociais e intersecções na trajetória de vida de mulheres negras: estudos sobre as usuárias dos serviços socioassistenciais em um CRAS de Salvador*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismos. PPGNEIM. Salvador, 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Editora Companhia das Letras, 2018.

SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Trad. Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul. /dez. 2010.

_____. Os Programas de Transferência de Renda na política social brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. *Revista de Políticas Públicas*. – v. 8, n. 2, 2004.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. *Série Antropologia*, n. 357, Brasília, 2004.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164,